



**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 015, DE 31 DE AGOSTO DE 2023.**

**AUTORIA: PREFEITO MUNICIPAL**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL,**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS, E**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E TURISMO**

**PARECER CONJUNTO**

O presente Parecer tem por consonância o Projeto de Lei oriundo do Prefeito Municipal, que **Transforma cargo e Altera as Leis Complementares nº 137 e 138 de 2023**

A proposta em tela veio a essas Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, a Comissão de Finanças e Orçamentos, e a Comissão de Educação, saúde e Turismo todas em conformidade com o Regimento Interno desse Parlamento, para ambas analisarem os aspectos que são de sua competência, no que tange ao mérito e da legalidade da matéria em debate.

No escopo do Desígnio, o autor deslumbra que a transformação do cargo, se faz necessária, para que ocorra o fortalecimento e a continuidade do serviço de apoio pedagógico e o auxílio a criança/estudante com deficiência severamente comprometida, cuidando para que ela tenha suas necessidades básicas satisfeitas, fazendo por ela somente as atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma.

Na mesma toada é avultoso salientar, que esses profissionais irão colaborar com os professores das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Cariacica, no desenvolvimento das atividades planejadas nos diferentes espaços e tempos, e acordo com o Projeto Político Pedagógico e irão apoiar, incentivar, orientar e acompanhar quanto a sua higienização, alimentação e locomoção, visando o pleno desenvolvimento.

Noutro sim, é avultoso salientar que a proposta encontra mérito e fundamentação legal, no artigo 53, inciso I, II, III, IV e V da Lei Orgânica do Município de Cariacica, pois assim elucida:

Art. 53 – Ao Prefeito compete, privativamente:

***I – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, indireta, ou funcional;***

***II – fixação, ou aumento de remuneração subsídio ou de seus servidores;***





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

*III – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;*

*IV – organização administrativa, serviços públicos e pessoal da administração. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica 12/2008);*

*V – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração municipal.*

No mesmo Diploma legal, é vultoso ressaltar o artigo 90, inciso XII, que assim elucida:

Art. 90 – Ao Prefeito compete, privativamente:

*XII – decidir sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;*

Seguindo no mesmo Diploma Legal, e vultoso salientar o artigo 212, 214, inciso III, que assim elucida:

*Art. 212 – O Município dispensará especial proteção à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência.*

*Art. 214 – (...);*

*III – atendimento especializado ao portador com deficiência, bem como sua integração social, através de treinamento para o trabalho, a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.*

Noutro sim, no tange a tramitação da propositura em questão, não há qualquer óbice, eis que segue corretamente os ditames dos artigos 106 a 111 do Regimento Interno, desse Legislativo.

Ante o exposto, e por ser competência privativa do Executivo Municipal, em elaborar matéria deste quilate, e encaminhar a esse Poder Legislativo, para a devida análise, essas Comissões, devidamente reunidas como determina a Resolução 378/91 desse Parlamento, e após debates e considerações, **opinam pela constitucionalidade da matéria em debate**, entendendo não haver qualquer impeditivo legal para seu regular método, sobejando ao veredito final, ao honroso Plenário dessa Colenda Casa Legislativa.

É o Parecer





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

  
\_\_\_\_\_  
CLEIDIMAR ALEMÃO  
RELATOR C.L.J.R.F.

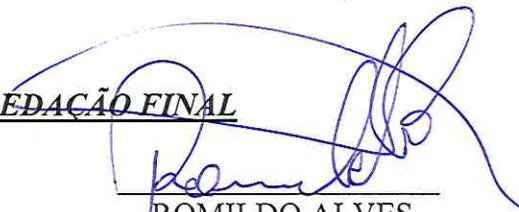
  
\_\_\_\_\_  
VEREADOR LEI  
RELATOR C.F.O.

\_\_\_\_\_  
ANDRÉ LOPES  
RELATOR C.E.S.T.

Na forma do artigo 91, § 2º da Resolução 378/91 dessa augusta Casa de Leis, apõe suas assinaturas, os Presidentes e Secretários concordando com os respectivos Relatores.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

  
\_\_\_\_\_  
VEREADOR LEO DO IAPI  
PRESIDENTE C.L.J.R.F.

  
\_\_\_\_\_  
ROMILDO ALVES  
SECRETARIO C.L.J.R.F.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS**

  
\_\_\_\_\_  
MARCELO ZONTA  
PRESIDENTE C.F.O.

  
\_\_\_\_\_  
JUAREZ DO SALÃO  
SECRETARIO C.F.O.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE TURISMO**

\_\_\_\_\_  
VEREADOR JUQUINHA  
PRESIDENTE C.E.S.T.

  
\_\_\_\_\_  
JUAREZ DO SALÃO  
SECRETARIO C.E.S.T.

